<u>PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO</u>



Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 – Fone: (16) 3277-8300 – Cep 15920-000 Vista Alegre do Alto- Estado de São Paulo CNPJ – 52.854.775/0001-28

www.vistaalegredoalto.sp.gov.br e-mail: pmvaa@hotmail.com

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2013

Dispõe sobre o reajuste dos salários e vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

- Art. 1º Os salários e vencimentos dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais ficam reajustados em 10% (dez inteiros por cento).
- Art. 2º Aplica-se ao disposto no artigo anterior, nas mesmas bases, percentuais e condições, aos proventos dos inativos e às pensões, normais e vitalícias, pagas pela Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto.
- **Art. 3º** As despesas com pessoal e reflexos, decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento Geral do Município de Vista Alegre do Alto.
 - Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Vista Alegre do Alto, 04 de janeiro de 2013.

KALIL AIDAR FILHO
Prefeito Municipal



A STATE OF THE PARTY OF THE PAR

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 – Fone: (16) 3277-8300 – Cep 15920-000 Vista Alegre do Alto- Estado de São Paulo CNPJ – 52.854.775/0001-28

> www.vistaalegredoalto.sp.gov.br e-mail: pmvaa@hotmail.com

JUSTIFICATIVA

Referente: reajuste dos salários e vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, e dá

outras providências.

Senhores Vereadores,

Encaminho Projeto de Lei Complementar nº 003 visando a concessão de reajuste de

salários e vencimentos dos Servidores Públicos Municipais nos termos que garantem a

Revisão Anual definido pelo parágrafo 3º do Art. 13 da Lei Municipal nº 1.814 de 15 de

Junho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013).

A aplicação do índice de 10% (dez inteiros por cento) segue o índice acumulado e

apresentado pelo Governo Federal, referente ao Índice Geral de Preços – IGP-M de 2012.

Todos os limites e índices legais de atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal

também são atendidos pelo Município, não ocorrendo qualquer infração à Lei supra. O

reajuste ora concedido encontra-se já incluso na Lei Orçamentária de 2012 em vigência para

este ano de 2013.

Atenciosamente,

KALIL AIDAR FILHO

Arefeito Municipal